



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

ASSEMBLEIA/REUNIÃO DO CONSELHO POLÍTICO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Brasília, 13 de junho de 2019

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA

- Debate sobre estratégias

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

3. MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC no 6/2019

- Relação entre a contrarreforma da Previdência e o Sistema da Dívida
- Folheto 12 páginas
- Participação da ACD em inúmeras audiências públicas e eventos nos Estados
- Encaminhamento de Estratégias conjuntas com as entidades apoiadoras da ACD

4. CURSO SOBRE A DÍVIDA DOS ESTADOS – NOVA TURMA

- Início da 3a. Turma 04/06/2019
- Mais informações: <https://auditoriacidada.org.br/cursos/>
- Pedimos às entidades apoiadoras que divulguem e patrocinem seus filiados.

5. PLP NO 459/2017, QUE TRATA DE ESQUEMA FRAUDULENTO DA CHAMADA “SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS PÚBLICOS”

- Risco de DESVIO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA durante o percurso dos recursos pela rede bancária
- Interpelação extrajudicial enviada a todos os líderes na Câmara dos Deputados sobre o PLP 459/2017 <https://bit.ly/2CWLyDP> e diversos materiais em <https://auditoriacidada.org.br/?s=plp+459>
- Encaminhamento de estratégias para enfrentamento dessa pauta em 2019, pois o PLP 459/2017 continua em regime de urgência em Plenário da Câmara dos Deputados

6. I CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR "DIREITO E ECONOMIA" EM MINAS GERAIS - UFMG E IV CONGRESO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR RED DE CÁTEDRAS, INSTITUIÇÕES Y PERSONALIDADES SOBRE LA DEUDA PÚBLICA

- DATA: 4, 5 e 6 de setembro de 2019
- LOCAL: Belo Horizonte – Minas Gerais
- Participação e apoio da ACD e entidades apoiadoras

7. DECISÃO JUDICIAL (1a. Instância) DETERMINANDO A INSTALAÇÃO DE CPI NO CONGRESSO NACIONAL PARA A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL <http://ow.ly/jnqE30lqdlly>

- Deliberação sobre coleta de assinaturas no Congresso Nacional para instalação da CPMI

8. PEDIDO DE DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Criação de facilitador para doações no site, por meio do PagSeguro <https://pag.ae/bhCDNmy>

9. DIVULGAÇÃO DA CARTILHA CÍRCULOS BÍBLICOS “AUDITORIA DA DÍVIDA PÚBLICA: VAMOS FAZER?” PRODUZIDA PELA CNBB <https://www.edicoescnbb.com.br/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer>

1 – ANÁLISE DA CONJUNTURA

CONJUNTURA DE "CRISE"

A "crise" tem servido de justificativa para a Reforma da Previdência, Privatizações, independência do Banco Central, esquema de "Securitização de Créditos Públicos" etc.

O que provocou a crise no Brasil?

- ✓ **Quebra de bancos ?**
- ✓ **Adoecimento da população, pestes ?**
- ✓ **Quebra de safra ?**
- ✓ **Guerra?**

Não tivemos aqui **NENHUM** dos fatores que produzem crise.

O que explica a falência de inúmeras empresas de todos os ramos, o desemprego recorde, a queda de 7% do

DTB em apenas 2 anos?

O que explica o cenário de escassez e “crise”?

Deveríamos estar debatendo uma reforma para aumentar o valor dos benefícios e ampliar o alcance da Seguridade Social, pois temos muito dinheiro pra isso!

Em dezembro/2018, possuíamos, por exemplo <https://bit.ly/2ZepGfY>:

- **R\$ 1,27 TRILHÃO** no caixa do Tesouro Nacional;
- **R\$ 1,13 TRILHÃO** no caixa do Banco Central, e
- US\$ 375 bilhões (**R\$ 1,453 TRILHÃO**) em Reservas Internacionais!

Brasil é a 9ª maior economia do mundo, possui imensas riquezas e potencialidades e quase R\$ 4 TRILHÕES líquidos!

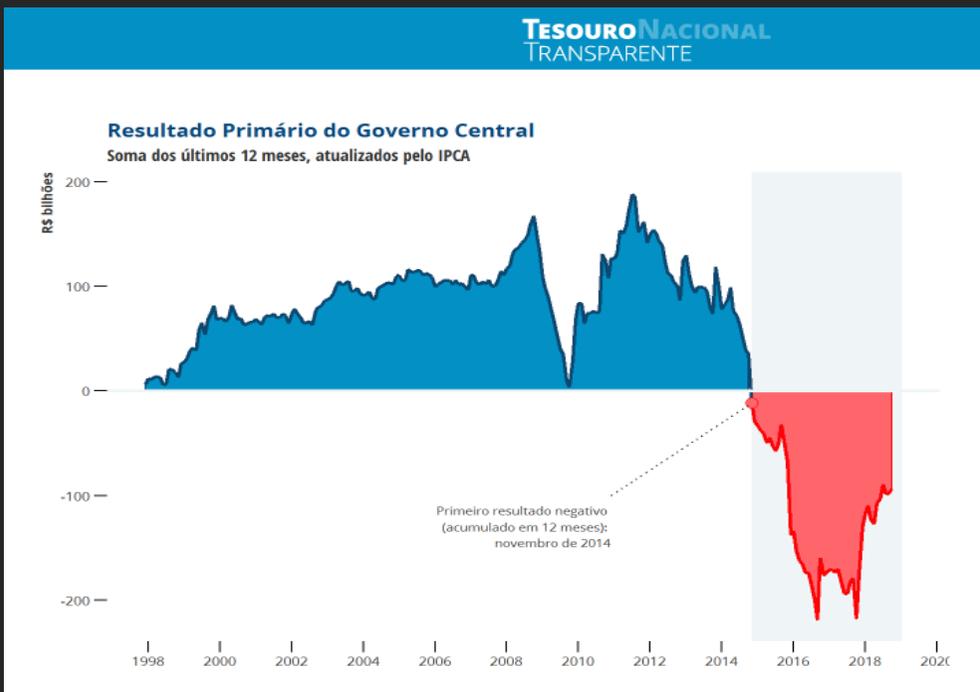
De 1995 a 2015 produzimos
R\$ 1 Trilhão de Superávit Primário. Apesar
disso, a dívida interna aumentou de
R\$86 bilhões para quase
R\$4 trilhões no mesmo período.

O que tem feito a chamada Dívida Pública explodir?

- É evidente que **não** foram os investimentos e gastos sociais, pois produzimos Superávit Primário imenso!
- A Dívida Pública tem sido gerada por mecanismos de política monetária do Banco Central, responsáveis por déficit nominal brutal e pela fabricação da “crise”

Até 2015, produzimos R\$ 1 TRILHÃO de Superávit Primário e sobrou mais de R\$ 1 TRILHÃO na Seguridade Social

De repente isso inverteu:

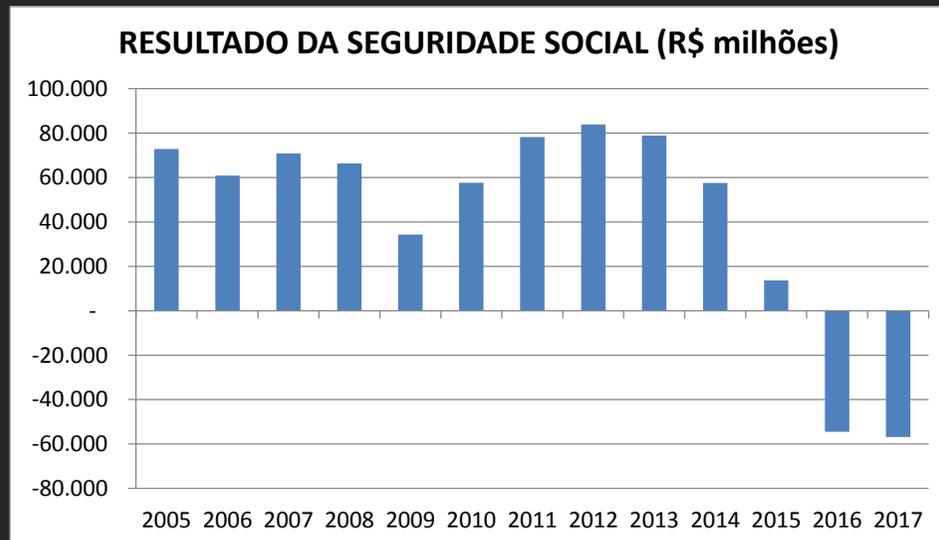


FONTE: Tesouro Nacional

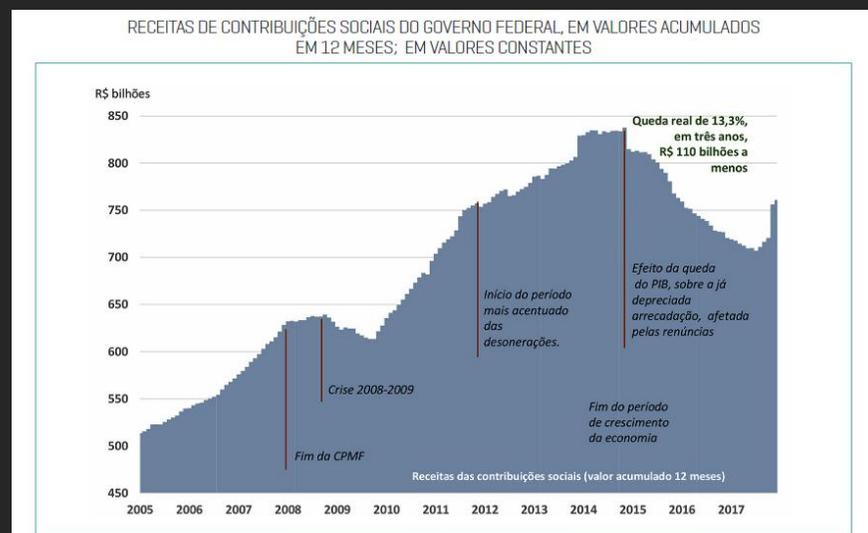
Desde 2005 o PIB vinha crescendo quase 4%, em média. Estacionou em 2014 e caiu mais de 7% em 2015-2016 e segue estagnado!

O que provocou essa crise?

<https://goo.gl/HdgD1q>



FONTE: ANFIP - https://www.anfip.org.br/wp-content/uploads/2018/12/Livros_28_11_2018_14_51_18.pdf, pág 1



Fonte: STN-MF, em valores constantes de dezembro de 2017 (IPCA).
Org: ANFIP e Fundação ANFIP

O DÉFIT ESTÁ NO BANCO CENTRAL

O CUSTO DA POLÍTICA MONETÁRIA

PROVOCOU A CRISE ATUAL

2015:

- ✓ Juros elevadíssimos (14,25%)
- ✓ Remuneração da sobra de caixa de R\$ 1 TRI dos bancos
- ✓ Prejuízos com Swap Cambial e outros prejuízos do BC
- ✓ Emissão excessiva de títulos da dívida interna

Dívida Interna cresceu R\$ 732 bilhões em 11 meses de 2015

Investimento Federal em 2015: R\$ 9,6 bilhões

O Banco Central está suicidando o Brasil <https://bit.ly/2EQSXWf>

30/09/2015 13h00 - Atualizado em 30/09/2015 15h20

BC tem prejuízo de quase R\$ 120 bilhões no ano com swaps cambiais

Na parcial deste mês, até a última sexta, perda do BC somou R\$ 44 bilhões. No ano, até dia 25 de setembro, prejuízo já soma quase R\$ 120 bilhões

Alexandro Martello
Do G1, em Brasília



Com a disparada do dólar, o Banco Central registrou prejuízo de R\$ 44,9 bilhões na parcial de setembro, até a última sexta-feira (25), com os chamados contratos de swaps cambiais - instrumentos que equivalem a venda de moeda estrangeira no mercado futuro e que atenuam as pressões sobre o dólar no mercado à vista.

saiba mais

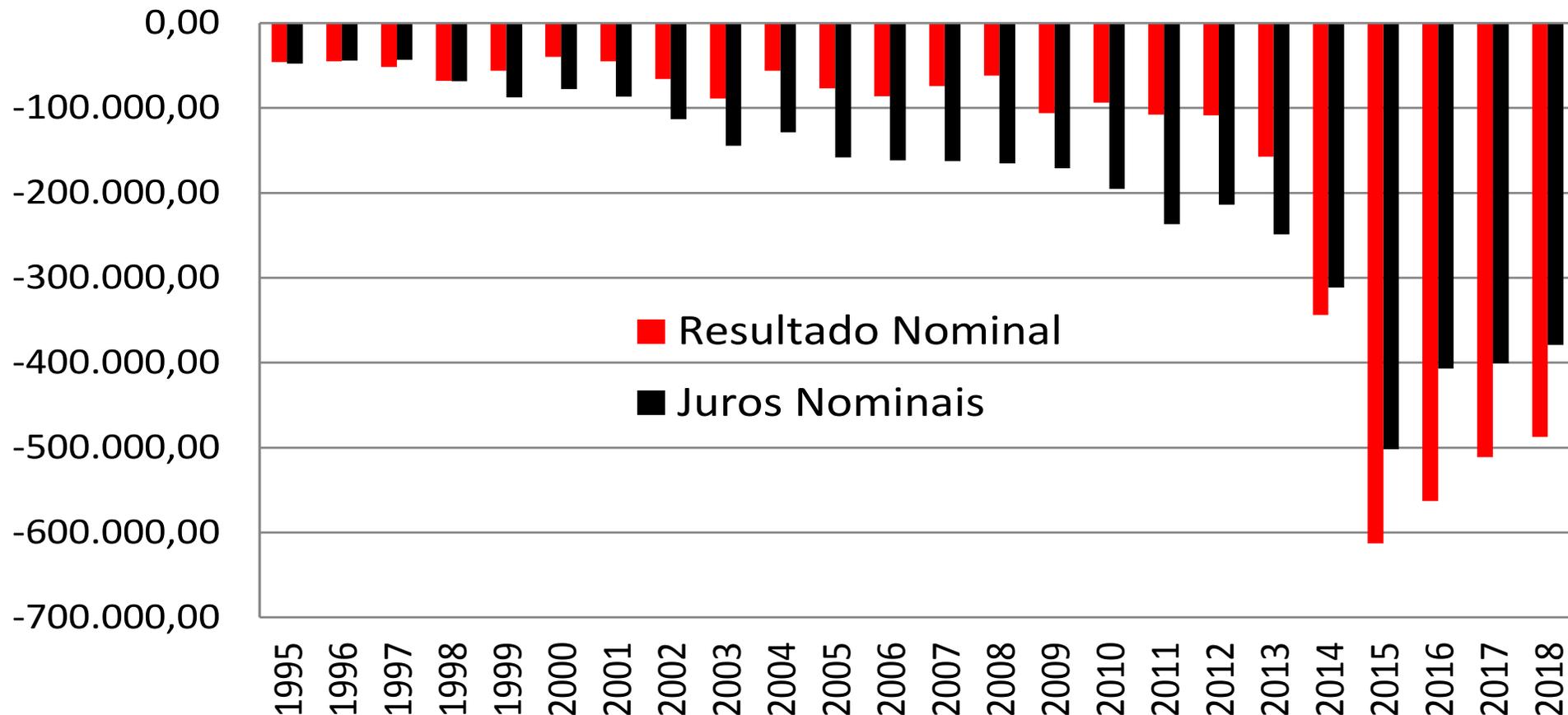
Dólares deixam país semana passada e fluxo de setembro volta ao vermelho

De forma geral, o BC lucra com estas operações quando o dólar cai e perde quando a cotação da moeda norte-americana sobe.

No acumulado deste ano, também até a última sexta-feira, as perdas da autoridade monetária superaram a barreira dos R\$ 100 bilhões e somaram R\$ 119,17 bilhões. Os números foram divulgados pela própria instituição nesta quarta-feira (30).

DÉFICIT NOMINAL PROVOCADO PELAS DESPESAS COM JUROS E NÃO POR SUPOSTO EXCESSO DE GASTOS SOCIAIS

Resultado Nominal e Juros Nominais (R\$ milhões)



Fontes: Banco Central - Séries Temporais nº 16953 e 16962; Tabela – Necessidades de Financiamento do Setor

Público - https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Nfspp.xls

REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS ESCANDALOSO MECANISMO QUE AO MESMO TEMPO:

- **gerou Dívida Pública:** R\$ 1,2 Trilhão da Dívida Interna utilizados para remunerar a sobra de caixa dos bancos <https://bit.ly/2ZepGfY>
- **gerou rombo de R\$ 754 Bilhões em 10 anos** (sem atualização) conforme balanços do Banco Central
- **produz escassez de moeda na economia:** volume de moeda equivalente a quase 20% do PIB fica esterilizada no BC
- **provoca elevação brutal dos juros de mercado:** moeda que deveria irrigar a economia fica escassa pois bancos preferem a garantia de remuneração diária paga pelo Banco Central
- **desculpa de controlar inflação foi desmascarada em 2017** IGP negativo em 2017 e o volume das Op. Compromissadas atingiu recorde de R\$ 1,23 TRILHÃO <https://goo.gl/dvHYmr>
- **ILEGAL:** BC enviou PL 9248/2017 para “legalizar” os Depósitos Voluntários REMUNERADOS pelo Banco Central <https://bit.ly/2F6Q81J> o que já vem sendo feito com o abuso das Op. Compromissadas.

CRISE FABRICADA NOS ESTADOS

- “Crise” fabricada afetou fortemente todos os entes federados
- Estados estão sendo empurrados para o esquema fraudulento da “Securitização de Créditos Públicos” (Plano de Equilíbrio Fiscal)
- Governo Federal deveria estar socorrendo Estados pois tem cerca de R\$ 4 TRILHÕES entesourados na esfera federal
- Estados já pagaram mais de 3 vezes o valor de suas dívidas refinanciadas pela União no final da década de 90 e ainda devem cerca de 5 vezes o valor refinanciado
- Diversos questionamentos: perda de patrimônio; dívidas infladas indevidamente por passivos de bancos (PROES); condições financeiras onerosíssimas (atualização mensal cumulativa pelo maior índice existente IDP-DI + juros reais de 6 a 7,5%)
- Estados são credores de R\$ 270 bilhões perante a União de créditos da Lei Kandir mas o governo federal diz que não tem como pagar...

CONJUNTURA DE CRISE FABRICADA PELA POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL

- ✓ Taxas de Juros mais elevadas do mundo
- ✓ Restrição da base monetária para remunerar a sobra de caixa dos bancos, abusando-se das Operações Compromissadas
- ✓ *Swap* Cambial (ilegal, conforme TC-012.015/2003-0)
- ✓ Prejuízos do Banco Central de centenas de bilhões de reais
- ✓ Colchão de liquidez exagerado (R\$1,2 trilhão na Conta Única do Tesouro): emissão excessiva de títulos e explosão da Dívida

✓ CRISE TEM JUSTIFICADO MEDIDAS RESTRITIVAS

- ✓ EC 95 (PEC do Teto), EC 93, Lei Complementar 159/2017
- ✓ Reformas Trabalhista e da Previdência
- ✓ Privatizações
- ✓ Esquema Fraudulento: "Securitização de Créditos Públicos"
- ✓ Autonomia do Banco Central

Bancos lucram com os mecanismos que alimentam o Sistema da Dívida e produzem a crise

Lucro dos bancos (R\$ bilhões)



2015

Lucro de

**R\$ 96
bilhões**

+

Provisão de

**R\$ 187
bilhões**

Executivo Em mensagem ao Congresso, presidente cita Previdência, privatizações e mudança nos tributos

Bolsonaro promete fazer sete reformas

Ribeira Oliveira
De Brasília

Em mensagem que encaminhou ontem ao Congresso Nacional, o presidente Jair Bolsonaro comprometeu-se com sete reformas econômicas, que considera essenciais para garantir um crescimento econômico elevado e sustentável, a criação de uma "Nova Previdência", a mudança do sistema tributário, um ambicioso programa de privatização de empresas estatais e prestação de serviços de infraestrutura, a liberalização comercial, a redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União, a autonomia, em lei, do Banco Central e a reforma administrativa.

Até mesmo tempo, a mensagem

lamenta que o presidente vai manter o teto de gastos e diz que a aplicação do limite para as despesas da União "é crucial para garantir sustentabilidade fiscal de longo prazo e permitir que o país supere o atual desequilíbrio fiscal, decorrente do crescimento arbitrado da despesa primária das últimas décadas".

O teto de gastos, no entanto, "não será suficiente para a realização do ajuste fiscal necessário", de acordo com a mensagem. A manutenção do teto "requer reformas que permitam o controle da despesa obrigatória". A primeira e principal medida de ajuste necessária ao cumprimento do teto, segundo o documento, é a reforma da Previdência. "Sem ela, não será possível conter a expansão da despesa".

A "Nova Previdência", anunciada pelo presidente, pretende empregar o equilíbrio atuarial, com o amparo a quem mais precisa, separando "previdência" de "assistência". Bolsonaro condizem que pretende mudar as regras dos atuais regimes de aposentadoria e criar um sistema de capitalização, que o presidente chamou de "Vaspação Individual da Aposentadoria".

A mensagem informa que se o atual sistema, que estimula a aposentadoria antecipada e altas taxas de reposição, permanecer inalterado, os gastos previdenciários aumentarão cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2018 e 2060. "A aprovação da nova Previdência Social possibilita que o país siga trajetória estável de cres-

cimento, com finanças públicas sustentáveis", diz o documento.

O atual sistema tributário apresenta, segundo a mensagem, dois problemas principais "que impedem que uma economia emergente funcione bem". O primeiro, é a elevada carga tributária, que chega a 13% do PIB, enquanto que a média dos países da América Latina é de apenas 20%. O recado da mensagem, portanto, é claro: a reforma pretende reduzir a atual carga. O segundo problema, é que o sistema tributário brasileiro é muito complexo, o que gera custos significativos, em termos de tempo e recursos. A reforma vai simplificar o sistema, mitigando a ocorrência de passivos fiscais.

O ambicioso programa de privatização de estatais e produção de

serviços de infraestrutura parte do pressuposto de que "não há recursos públicos suficientes para financiar todo o investimento necessário". Além disso, "experiências recentes mostram que projetos de infraestrutura sob controle público estão sujeitos a muitas fragilidades que podem levar a ineficiências e ao desperdício de recursos". Por isso, o governo propõe privatizar e acelerar as concessões em todas as áreas da infraestrutura.

O governo vai fazer uma "liberalização comercial" porque entende que "existem várias instituições e instrumentos que impedem custos significativos e limites quantitativos à entrada no país de bens e serviços estrangeiros". A mensagem diz que o governo "está comprometido com medidas

que removerão todas as restrições desnecessárias ao comércio", sem especificar quais são elas.

A mensagem diz também que "a autonomia operacional do Banco Central fundada em lei reduz riscos no sistema financeiro, bem como cria condições melhores para o controle da inflação e a manutenção de taxa estrutural de juros mais baixa".

Em relação à reforma administrativa, a mensagem diz que é fundamental que sejam repensados os

modelos de aquisições de bens e contratação de serviços, as estratégias de transformação digital de serviços públicos prestados presencialmente, a própria dinâmica das relações de trabalho no âmbito da administração federal e a forma como os centros estão organizados.

- ✓ Nova Previdência
- ✓ Mudança no Sistema Tributário
- ✓ Ambicioso programa de Privatizações
- ✓ Liberação Comercial
- ✓ Redução e racionalização dos subsídios concedidos pela União
- ✓ Autonomia do Banco Central
- ✓ Reforma Administrativa

Exposição de Motivos de Paulo Guedes –PEC 6/2019

<https://bit.ly/2GzvWsL> Pág. 43

“(...) nosso nó fiscal é razão primeira para a limitação de nosso crescimento econômico sustentável.

E esse nó fiscal tem uma raiz: a despesa previdenciária.

Enquanto nos recusarmos a enfrentar o desafio previdenciário, a dívida pública subirá implacavelmente e asfixiará a economia.”

“A reforma da Previdência, além de reduzir o endividamento primário, combate a dívida pública pela redução de seu custo. O vertiginoso crescimento da dívida a coloca em trajetória arriscada.”

“A dívida e seus juros inviabilizam a geração de oportunidades.”

**NÃO É A PREVIDÊNCIA QUE TEM FEITO A DÍVIDA CRESCER
A POLÍTICA MONETÁRIA DO BC TEM EXPLODIDO A DÍVIDA!**

Exposição de Motivos de Paulo Guedes - PEC 6/2019: DE ONDE SAIRÁ O TRILHÃO?

Impacto Líquido (R\$ bi de 2019)	10 anos
Reforma do RGPS	715
Reforma no RPPS da União	173,5
Mudanças das alíquotas no RPPS da União	29,3
Mudanças das alíquotas no RGPS	-27,6
Assistência Fásica e Focalização do abono salarial	182,2
TOTAL	1.072,4

Mais de
80% sairá
dos mais
pobres do
RGPS!

<https://bit.ly/2GzvWsL> Pág. 66

PARA ONDE IRÁ O TRILHÃO?

"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização.

(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão"

(Paulo Guedes, Ministro da Economia) <https://bit.ly/2Ikptmg>

QUAL O VERDADEIRO OBJETIVO DA PEC 6/2019 ?

1. "Capitalização" individual

• "... propõe-se introduzir, em caráter obrigatório, a capitalização tanto no RGPS quanto nos RPPS..." = **PRIVATIZAÇÃO**

2. Desmontar o modelo de solidariedade conquistado na CF/88

- Corte de R\$ 1 Trilhão em benefícios da Seguridade Social e RPPS
- DESCONSTITUCIONALIZAÇÃO: 35 remessas para "Lei Complementar" não conhecida, ou seja, um **cheque em branco**
- **RPPS**: possibilidade de **modificação completa** das regras, inclusive a sua **extinção**, caso em que será aplicado o RGPS
- Esquarteja a Seguridade Social: "... segregação contábil nas ações Saúde, Previdência e Assistência Social..."

3. Extinguir os Regimes Próprios de Servidores Públicos

• "... Requisitos para a sua instituição e a **sua extinção** ... Hipótese em que será aplicado o Regime Geral de Previdência Social aos servidores do respectivo ente federativo."

PEC 6/2019 VAI QUEBRAR O BRASIL

1. DANOS ÀS PESSOAS:

- R\$ 1 TRILHÃO deixará de chegar às mãos das pessoas, pois a “economia” que Guedes quer fazer corta aposentadorias, pensões e benefícios da Seguridade Social, atingindo principalmente os mais pobres.
- Sujeição a regime de Capitalização de alto risco e alto custo.

2. DANOS À ECONOMIA DO PAÍS:

- O corte de R\$ 1 TRILHÃO, que deixará de chegar às mãos das pessoas, deixará de irrigar as economias locais, prejudicando mais de 80% dos Municípios, com reflexos para a arrecadação de tributos incidentes sobre o consumo.

3. DANOS ÀS FINANÇAS PÚBLICAS:

- Elevadíssimo CUSTO DE TRANSIÇÃO para a Capitalização.
- Fim da arrecadação das Contribuições ao INSS (de empregados e empregadores) devido à migração para o regime de Capitalização.

QUEM GANHA COM A PEC 6/2019 ?

SOMENTE O SETOR FINANCEIRO:

- Receberá o R\$ 1 TRILHÃO, como declarou o Ministro Paulo Guedes <https://bit.ly/2Ikptmg> :

"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de Capitalização.

(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão".

- Receberá as contribuições das contas individuais
- Receberá as Taxas de Administração, não limitadas pela PEC
- Receberá os aportes que o governo terá que fazer
- Não terá obrigação alguma de pagar qualquer benefício futuro
- O benefício de pelo menos 1 salário mínimo é garantido por um "Fundo Solidário" a ser mantido pelos trabalhadores

Estudo da OIT revelou:

"Reversão da privatização de Previdência: questões-chave"

<https://bit.ly/2I7blvQ>

- 30 países optaram pela Capitalização;
- 18 países já se arrependeram e voltaram atrás.
- Elevadíssimo custo de transição criou forte pressão fiscal, inviável aos cofres públicos;
- alto custo administrativo;
- reduzidas taxas de retorno aos participantes condenados à miséria na velhice;
- destinação das contribuições para especulação financeira internacional e não em projetos nacionais de desenvolvimento;
- transferência de todos os riscos demográficos e riscos do próprio mercado financeiro para os participantes;
- o único e grande beneficiário tem sido o setor financeiro que recebe as contribuições, cobra taxas de administração exorbitantes e não se responsabiliza por qualquer benefício futuro, o que vai depender do mercado.

CAPITALIZAÇÃO: O que a PEC diz e o que esconde

PEC 6/2019: Art. 40 § 6º, Art. 201-A, Art. 115 do ADCT

- REGIME **ALTERNATIVO** AO REGIME GERAL OU PRÓPRIO
- Modalidade de “**CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA**” (Qual % ?)
- “**OBRIGATÓRIO** PARA QUEM ADERIR”
- **CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL**: “CONTA VINCULADA PARA **CADA TRABALHADOR**” (Qual parcela da contribuição ficará na conta individual? Quanto o trabalhador precisará destinar ao “Fundo solidário”? Qual a taxa de administração?)
- “Constituição de **RESERVA INDIVIDUAL** para o pagamento do benefício” (Toda responsabilidade transferida ao trabalhador)
- “admitida Capitalização Nocial” (Em que base? Governo terá acesso às contribuições depositadas nas contas individuais? A que custo?)

CAPITALIZAÇÃO: O que a PEC diz e o que esconde

PEC 6/2019: Art. 40 § 6º, Art. 201-A, Art. 115 do ADCT

- Garantia de **PISO BÁSICO NÃO INFERIOR AO SALÁRIO MÍNIMO** por meio de **FUNDO SOLIDÁRIO** (Somente o trabalhador contribuirá para o Fundo Solidário ?)
- “**possibilidade** de contribuições patronais” (Desobriga a participação das empresas! Qual irá contribuir?)
- “vedada a transferência de recursos públicos” (Não haverá participação estatal)
- Gestão de reservas por entidades públicas e **privadas** (Admite a entrega para instituições privadas, inclusive estrangeiras)

Custo de Transição para Capitalização quebra o país

EXEMPLO PRÁTICO DO CUSTO ELEVADÍSSIMO QUE ESTÁ SENDO ESCONDIDO:

- Trabalhador contribuiu por 10 anos ao INSS
- Está desempregado há 3 anos
- Recebe proposta de emprego, DESDE QUE OPTE PELA CAPITALIZAÇÃO, POIS A EMPRESA NÃO QUER PAGAR CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PARA O INSS
- Trabalhador, mesmo sabendo que a Capitalização não é Previdência, acaba aceitando, para não continuar desempregado
- A opção para a Capitalização é DEFINITIVA, ou seja, ele irá se aposentar nesse regime e não poderá retornar ao Regime Geral
- O Estado terá que FAZER UM APORTE FINANCEIRO PARA A CONTA INDIVIDUAL DO TRABALHADOR referente aos 10 anos de Contribuição para o INSS

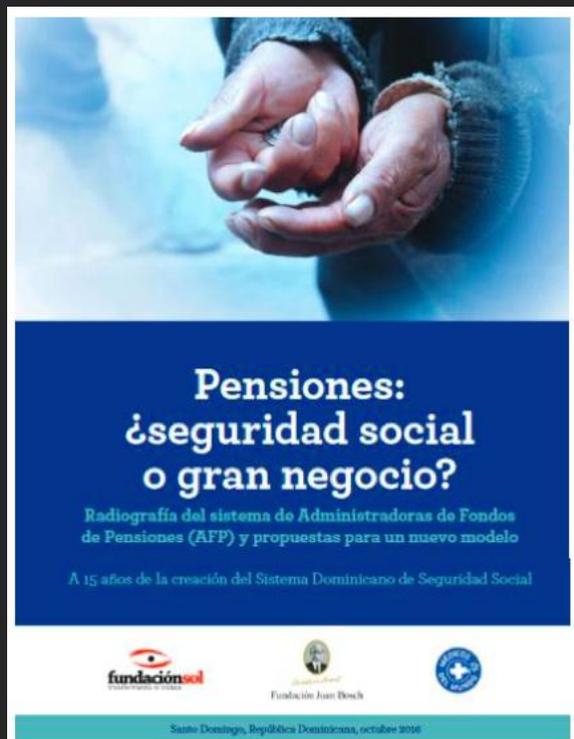
DESRESPEITO

- **Idade mínima móvel:** Nem jogos admitem meta móvel!
- **Indefinição do benefício:** “... *somente na modalidade de contribuição definida ... por entidade aberta de previdência complementar*”
- Carga pesada para servidores: Entes federados “*instituirão contribuições ordinárias e extraordinárias cobradas dos servidores ativos, aposentados e pensionistas para custeio do RPPS ... e poderá ampliar ...*”
- Carga pesada para miseráveis: BPC de 1 salário mínimo somente aos 70 anos! Miserável deficiente que exercer alguma atividade remunerada terá BPC SUSPENSO!
- Elimina o ABONO SALARIAL de quem ganha entre 1 e 2 salários mínimos
- Viver é considerado RISCO: Capitalização atenderá “... **RISCO DE LONGEVIDADE** do beneficiário...” se o participante pagar por isso

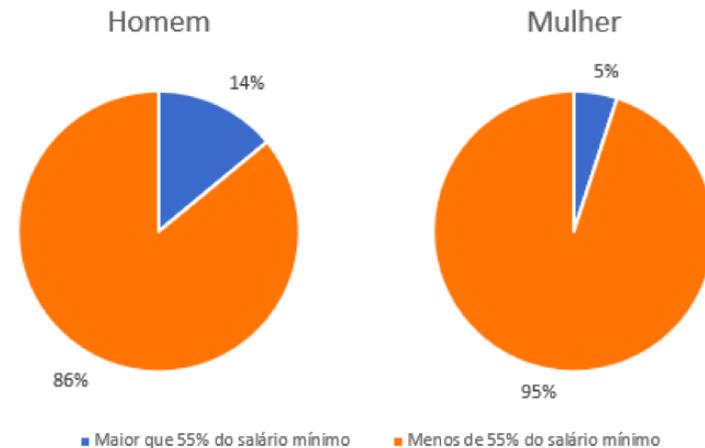
Essa Capitalização não é "Previdência"

- Custo de Transição não informado. No Chile custou 136% PIB, o que no Brasil superaria R\$ 9 TRILHÕES. De onde sairá esse custeio?
- Estudo da OIT mostra que de 30 países que seguiram esse caminho, 18 já se arrependeram e voltaram atrás <https://bit.ly/2I7blvQ> Chile é campeão em suicídio de idosos indigentes.
- Danos às pessoas; danos às contas públicas; danos à economia do país, prejudicando a maioria dos Municípios.
- Trata-se de mera aplicação financeira individual/ de alto risco/ elevado custo de administração/ sem garantia de qualquer benefício futuro/ modalidade "contribuição definida"/ sem proteção social alguma/ sem participação patronal ou governamental. <https://bit.ly/2HkepnJ>
- Previdência é sinônimo de SEGURANÇA, e não de RISCO!

CHILE



Pensão na modalidade de velhice, Aposentado Programado para fevereiro de 2019



Fiscalía podría investigar millonaria colusión de las AFP

"No leilão de Falabella, os 400 milhões de dólares onde dois livros paralelos foram abertos no BTG Pactual e em Larraín Vial fizeram com que todos os afiliados do Chile pagassem 9 milhões de dólares que não deveriam ter pago", disse ele à CNN Chile. O ex-promotor deixou claro que "este fato é investigado como uma eventual violação do mercado de ações e em breve, porque eles estão se movendo muito sobre essa questão, é possível que a acusação tem de iniciar uma investigação criminal para investigar com precisão o AFP e, possivelmente, um conluio de gestores da AFP

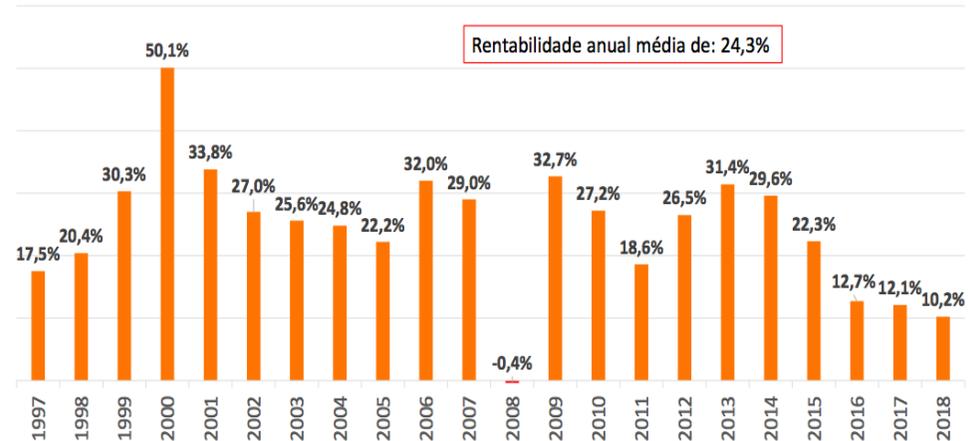


Asociación AFP Chile

América RETAIL

<https://www.america-retail.com/chile/chile-ministerio-publico-analiza-abrir-una-investigacion-penal-por-posible-colusion-de-gerentes-de-afps/>

Retorno sobre o patrimônio líquido para empresas que possuem AFP



Fonte: Fundación SOL, com base em dados da superintendência de pensão do Chile.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

Além de garantir **aposentadoria**, a Previdência Social engloba:

I - cobertura dos eventos de **doença, invalidez, morte e idade avançada**;

II - proteção à **maternidade**, especialmente à gestante;

III - proteção ao trabalhador em situação de **desemprego** involuntário;

IV - **salário-família** e **auxílio-reclusão** para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V - **pensão por morte do segurado**, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

• Modelo importante para toda a economia do país! **Em mais de 70% dos municípios brasileiros, o volume de recursos dos benefícios da Seguridade Social supera o valor repassado pelo governo federal** (Fundo de Participação dos Municípios – FPM).

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Não cabe falar em *déficit*
- **Artigo 195 da Constituição prevê também a participação dos orçamentos fiscais** em todos os âmbitos (federal, estadual, distrital e municipal).
- **Sobra de recursos** com a arrecadação de contribuições à Seguridade Social: R\$ **72,8** bilhões em 2005; R\$ **57,6** bilhões em 2010; R\$ **78,2** bilhões em 2011; R\$ **83,9** bilhões em 2012; R\$ **78,9** bilhões em 2013; R\$ **57,6** bilhões em 2014, e R\$ **13,7** bilhões em 2015 (Fonte: ANFIP)
- **DRU** desvinculou recursos para outros fins, principalmente juros
- Governo fez **desonerações** e não investe na cobrança de dívidas
- Propostas de Reforma Tributária (PEC 293/04 e PEC 45/2019) ameaçam o financiamento da Seguridade Social: transformam contribuições sociais (COFINS e PIS) em imposto, **desvinculando 100%** da arrecadação dessas contribuições.

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

- Regime Próprio de Servidores Públicos (RPPS) também não há que se falar em *déficit*
- A Constituição classificou tal regime em outro capítulo (Art. 40 civis, Art. 42 e 142 militares), fora da Seguridade Social
- Peculiaridades:
 - relação de trabalho profissional permanente e dependente;
 - natureza estatutária;
 - imposta unilateralmente pelo Estado que fica responsável pelo pagamento de seus servidores ativos e aposentados, mediante a destinação de recursos a rubricas específicas vinculadas a cada ministério ou órgão público;
 - Servidores públicos (que entraram no serviço público antes da criação do Funpresp em 2013) contribuem para a Previdência Social sobre a totalidade dos vencimentos e, após a aposentadoria, continuam pagando a contribuição previdenciária calculada sobre o provento integral;
 - Gasto com pessoal federal (inclusive aposentados e pensionistas) tem caído fortemente, de 54,5% da Receita Corrente Líquida em 1995 para 39,5% em 2018.

PEC 6/2019: Danos às contas públicas e aos Direitos Humanos:

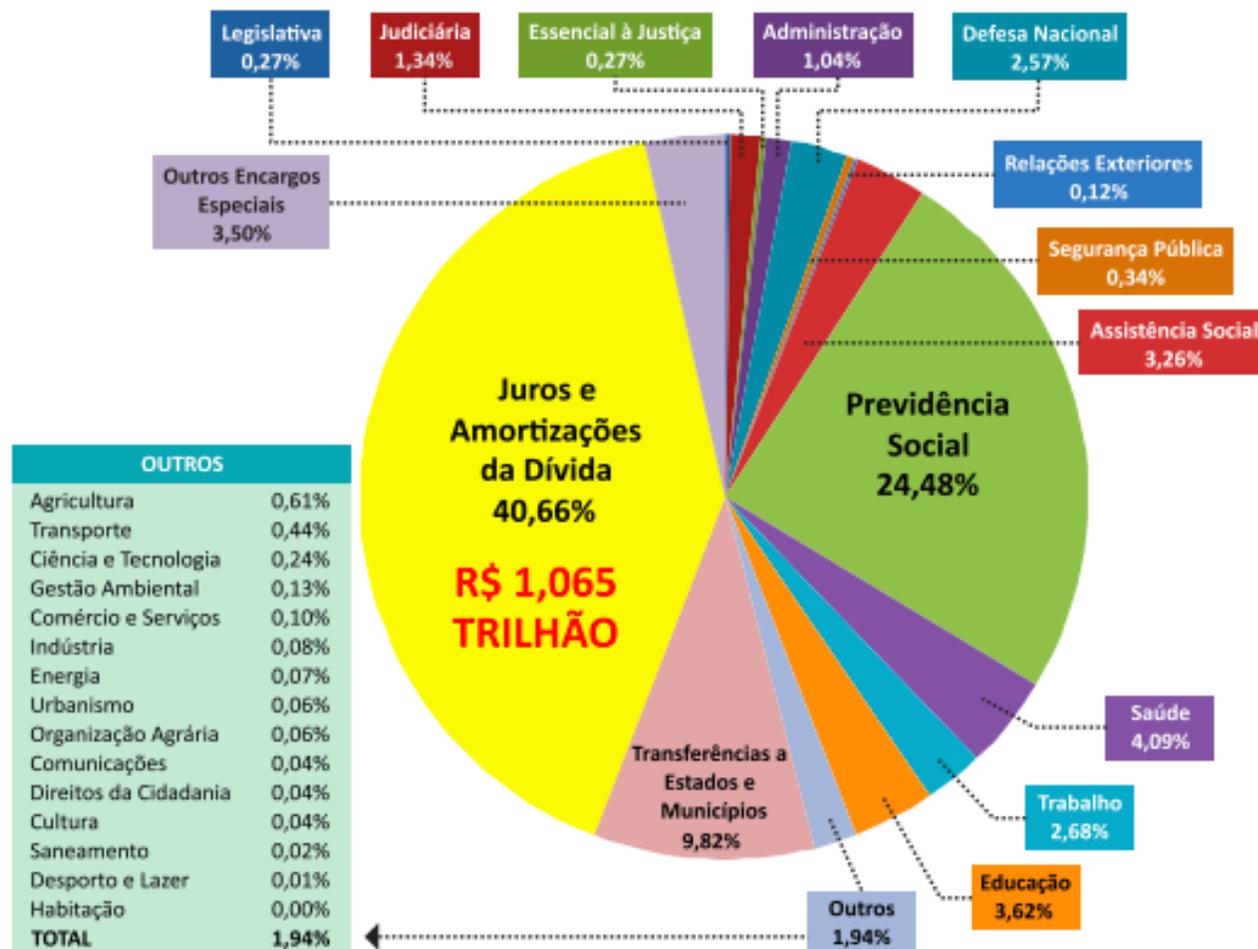
- **Subtração de R\$ 1 trilhão em benefícios** da Previdência e Assistência Social, que deixarão de ser pagos às pessoas, provocando dano à economia local e ao próprio governo, que deixará de arrecadar tributos
- **Redução da arrecadação do INSS** que deixará de ser pago por empregados e empregadores
- **Rombo às contas públicas** devido ao elevado CUSTO DE TRANSIÇÃO PARA "CAPITALIZAÇÃO" NÃO INFORMADO, pois estudos foram classificados como sigilosos
- Completa **ausência de proteção social e risco financeiro** elevado no regime de "Capitalização" = desamparo total à classe trabalhadora
- **Incerteza total** face à desconstitucionalização das regras gerais
- **Adiamento da Aposentadoria com idade mínima móvel**
- **Exigência de mais tempo de contribuição**
- **FIM DA APOSENTADORIA** para aquelas pessoas mais vulneráveis, afetadas pela informalidade e pelo desemprego, e dentre estas sobressaem as mulheres

PEC 6/2019: Danos às contas públicas e aos Direitos Humanos:

- **Regras de Transição inaceitáveis:** Exigência de 35/30 anos de contribuição, e mais a Regra 86/96, que sobe até chegar a 105/100 em 2033
- **Fim das aposentadorias especiais** para algumas categorias. Risco de idosos desempregados que ainda não terão a idade mínima para aposentar
- **Redução para míseros R\$ 400,00 o benefício (BPC) aos idosos** miseráveis maiores de 60 anos, chegando a um salário mínimo somente a partir dos 70 anos. Adicionalmente, para ter acesso ao benefício, não se poderá ter patrimônio superior a R\$ 98 mil, ou seja, basta ter uma pequena casa para perder o benefício.
- **Fim do Abono Salarial** para quem ganha mais de 1 salário mínimo mensal. Com a mudança, 91,5% do total de pessoas que hoje podem receber o abono irão perder o benefício.
- **Redução da Aposentadoria por incapacidade permanente para 60%.** Esse percentual só será maior para quem já tiver mais de 20 anos de contribuição. 100% no caso de invalidez causada pelas atividades do trabalho.
- **Redução do valor da Pensões por morte para 60%.** Será 100% somente no caso de morte causada pelas atividades do trabalho.
- **Redução de até 80% no caso de benefícios acumulados**
- **Danos extensivos a Estados e Municípios**

Orçamento Federal Executado (Pago) em 2018 = R\$ 2,621 TRILHÕES

O valor previsto para 2018 havia sido R\$ 3,527 Trilhões, diferença a ser investigada



Fonte: SIAFI - <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa> - Banco de Dados Access p/ download (Orçamento da União - Fiscal e Seguridade - até 31/12/2018)

Nota 1 - Somamos "Juros" e "Amortizações" porque o Tesouro contabiliza grande parte dos juros como se fosse amortização. Veja as explicações: <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

O Rombo das
contas
públicas está
no Sistema
da Dívida e
não na
Previdência

www.auditoriacidada.org.br

Explicação:
Porque somamos
Juros e Amortizações
<https://bit.ly/2Fp0x9C>

QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS DEVEMOS...

Comparativo Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública (em BILHÕES DE REAIS)			
Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	"Amortizações"	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.536,07
2012	134,08	618,94	2.823,00
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,97
2018	279,37	786,36	5.523,12

Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> e Banco Central.

Apesar das "Amortizações" gigantes a dívida cresce, pois grande parte dos juros são contabilizados como "amortizações"

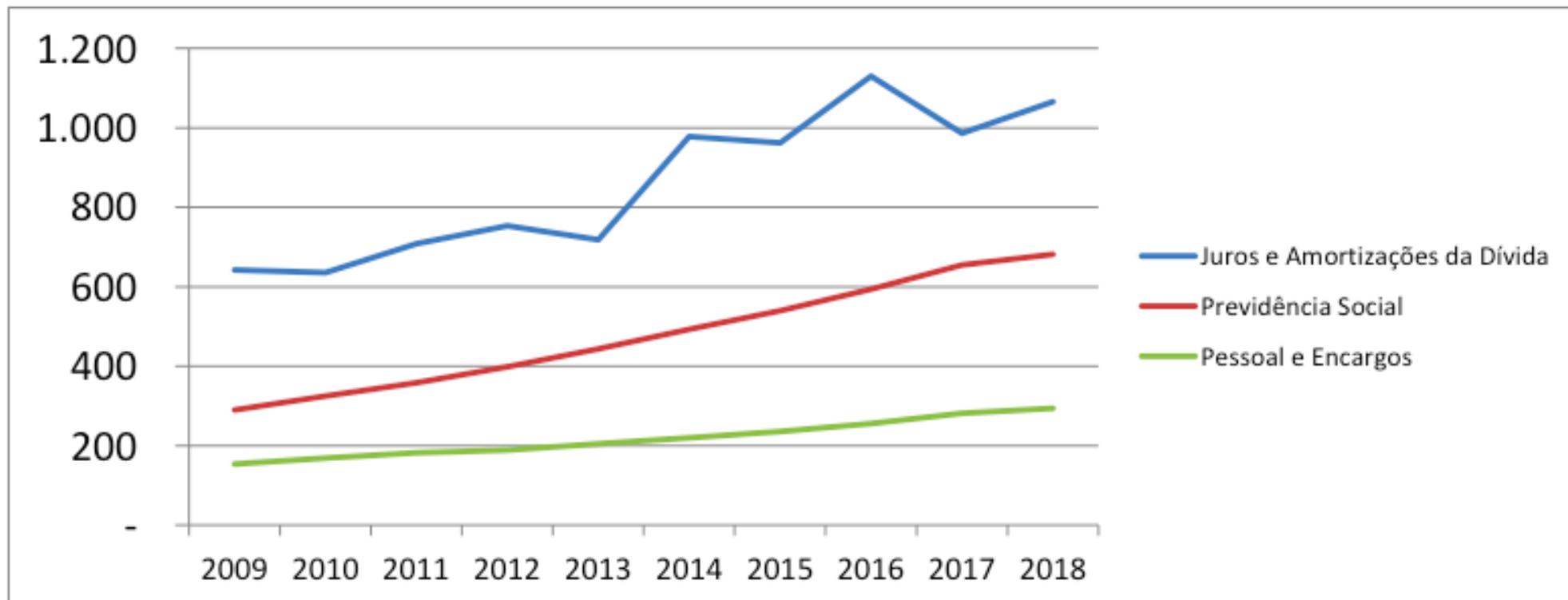
<https://bit.ly/2En3VSE>

A DÍVIDA PÚBLICA TEM SIDO GERADA POR MECANISMOS FINANCEIROS:

- **Transformações de dívidas do setor privado em dívida pública;**
- **Elevadíssimas taxas de juros:** praticadas sem justificativa técnica, jurídica, econômica ou política;
- A ilegal prática do **anatocismo:** incidência contínua de juros sobre juros;
- A irregular **contabilização de juros como se fosse amortização** da dívida, burlando-se o artigo 167, III, da Constituição Federal
- As escandalosas operações de **swap cambial** realizadas pelo BC em moeda nacional, garantindo o risco de variação do dólar de forma sigilosa;
- **Remuneração da sobra do caixa dos bancos** por meio das sigilosas “operações compromissadas” que alcançaram R\$1,23 trilhão em 2017
- **Emissão excessiva de títulos** para formar “colchão de liquidez”
- **Prejuízos do Banco Central**
- **“Securitização de Créditos Públicos”** gera dívida ilegal que é paga por fora do orçamento, mediante desvio de arrecadação que sequer alcançará os cofres públicos <https://bit.ly/2WAKhJq>

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NOS GASTOS FINANCEIROS COM A CHAMADA DÍVIDA PÚBLICA

Governo Federal - Gastos selecionados - R\$ bilhões



Fonte: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais#RREO> - Series Históricas - Por Função e por GND

Nota 1 - "Juros" e "Amortizações" foram somados porque o governo tem contabilizado grande parte dos Juros como se fosse Amortização/Refinanciamento. Ver texto <https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Nota 2 - "Previdência Social" inclui o Regime Geral da Previdência Social (INSS) e Regime Próprio dos Servidores Federais, tal como divulgado pelo Tesouro Nacional

A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O MAIOR PATRIMÔNIO SOCIAL DO BRASIL

A fim de contribuir para o debate sobre a proposta de **Reforma da Previdência de que trata a PEC 6/2019**, a qual visa destruir a Previdência Social universal e solidária para entrega-la aos bancos, em regime de capitalização que está fracassando na maioria dos países onde foi adotada, a AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA apresenta argumentos sobre os seguintes aspectos:

■ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

■ A REFORMA NECESSÁRIA É A DO SISTEMA QUE GERA DÍVIDA POR MECANISMOS FINANCEIROS SEM CONTRAPARTIDA ALGUMA AO PAÍS

■ A PREVIDÊNCIA SOCIAL É O NOSSO PRINCIPAL PATRIMÔNIO SOCIAL

■ A MENTIRA DO "DÉFICIT" DA PREVIDÊNCIA

■ PRIVILEGIADOS SÃO OS BANCOS

■ CRISE FABRICADA PELO BANCO CENTRAL BENEFICIA BANCOS

■ REMÉDIOS PARA CONTORNAR A "CRISE" BENEFICIAM BANCOS

■ NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE"

■ NÃO HÁ JUSTIFICATIVA REAL PARA A "CRISE" DOS ESTADOS

■ DESTRUIÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E SUBSTITUIÇÃO POR CAPITALIZAÇÃO

■ NECESSIDADE DE AMPLA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA REJEITAR A PEC 6/2019

***"Precisamos de 1 trilhão para ter potência fiscal suficiente para pagar uma transição em direção ao regime de capitalização.
(...) Por isso que a gente precisa de 1 trilhão"***

(Paulo Guedes, Ministro da Economia)

Disponível em:
<https://bit.ly/2IruuJY>



**Precisamos
reduzir a
desigualdade
social no Brasil
e não
aprofundar mais!**

- **9ª ECONOMIA MUNDIAL**
- **Pior distribuição de renda do mundo** <http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685.pdf>
COMPARADO COM [GINI index](#) | [Data](#) | [Table](#)
- **79º no ranking de respeito aos Direitos Humanos – IDH – empatado com a Ilha Granada** (área territorial de 344 km², população estimada em 110 mil habitantes, produz noz-moscada)
- **Penúltimo no ranking da Educação entre 40 países** (Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais)

Brasil: Realidade de Abundância e Cenário de Escassez

9ª Maior Economia Mundial IMENSAS POTENCIALIDADES ABUNDÂNCIA

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Terceira maior reserva de petróleo
- Maior reserva de água potável do mundo
- Maior área agriculturável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Reservas Internacionais US\$375 Bilhões
- R\$ 1,13 Trilhão esterilizados no Bacen
- R\$ 1,27 Trilhão na Conta Única do Tesouro Nacional
- Dívida Ecológica histórica
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO 2015-2019 ESCASSEZ

CRISES

➤Econômica seletiva

- Desindustrialização
- Queda de empresas
- Desemprego
- Perdas salariais
- Privatizações
- Encolhimento do PIB

➤Social

➤Política

➤Ambiental

AJUSTE FISCAL e REFORMAS: Corte de investimentos e gastos sociais; aumento de tributos para a classe média e pobre; privatizações e Contrarreformas

CRESCIMENTO ACELERADO DA "DÍVIDA PÚBLICA" = CRISE FISCAL/LUCRO RECORDE DOS BANCOS

"CRISE" PARA QUEM? PEC 6/2019 irá aumentar a desigualdade social no Brasil



BANÇOS TEM (NOVAMENTE) MAIOR LUCRO DA HISTÓRIA: QUASE R\$ 100 BILHÕES

BALANÇOS

Quatro maiores bancos do país têm maior lucro em 12 anos

08.11.2018 21:04 | por Redação | 0

Consultoria Econômica considerou os resultados registrados no terceiro trimestre deste ano do Itaú, Bradesco, Santander e Banco do Brasil

10 - Economia • Brasília, domingo, 3 de fevereiro de 2019 • CORREIO BRAZILIENSE

CONJUNTURA / Entre 2014 e 2017, 23,3 milhões de brasileiros entraram em situação de vulnerabilidade social. Brasil só retomará menor patamar da história em 2030

Foto: Hamilton Ferrari/Ep. CBN/A. Press



Edinando Santana não consegue ganhar o equivalente a um salário mínimo



Ronaldó Alves de Sousa nem sempre tem condições de pagar por um teto

Brasil comanda alta da pobreza na AL

• HAMILTON FERRARI

Fora de forma

Quando tem sorte, Edinando de Santana, 38. Caso o Brasil não cresça em patamares mais altos e reduza a desigualdade social, a menor taxa de pobreza da história, registrada em 2014, só deverá ser alcançada em 2030.

POLÍTICAS PÚBLICAS 10 Setembro 2018

Pobreza e desigualdade aumentaram nos últimos 4 anos no Brasil, revela estudo

A pobreza voltou aos níveis do começo da década (2011). Portanto, esse período caracteriza-se como uma década perdida. Olhando para a desigualdade, o retrocesso não fica atrás. Desde 1989 o Brasil não experimentava mais de três anos de aumento consecutivo de desigualdade. A piora na performance social do Brasil também explica o mau desempenho econômico.

Nos últimos três anos, mais seis milhões na extrema pobreza e mais desigualdade

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

➤ CONHECIMENTO DA REALIDADE

- Política Monetária
- Modelo Tributário
- Sistema da Dívida

**O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS
ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA
E NÃO NA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

➤ MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

➤ AÇÕES CONCRETAS

- Pressionar parlamentares e mostrar que o rombo das contas públicas está no custo da política monetária insana praticada pelo Banco Central, a qual provocou a crise que afeta toda a economia do país, com reflexos na Previdência Social
- Exigir pronunciamento de parlamentares em relação à necessidade de **REJEITAR A PEC 6/2019**
- **REPUDIAR O ESQUEMA FRAUDULENTO DE "SECURITIZAÇÃO"**
- **AUDITORIA DA DÍVIDA COM PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018

3. MOBILIZAÇÃO CONTRA A PEC no 6/2019

- Relação entre a contrarreforma da Previdência e o Sistema da Dívida
- Folheto 12 páginas <https://bit.ly/2IruuJY>
- Participação da ACD em inúmeras audiências públicas e eventos nos Estados
- Encaminhamento de Estratégias conjuntas com as entidades apoiadoras da ACD:
 - **INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

NÃO SE PODE COLOCAR EM RISCO O MAIOR PATRIMÔNIO SOCIAL DO BRASIL!

Auditoria Cidadã da Dívida alerta para a responsabilidade dos(as) parlamentares que terão que votar a PEC 6/2019:

INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL
para garantir que todos os parlamentares foram devidamente cientificados dos riscos jurídicos e econômicos dessa PEC para as pessoas, para a economia do país e para as finanças públicas.

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/interpelacao-extrajudicial-garante-que-deputadosas-foram-cientificados-dos-riscos-da-pec-6-2019/>

Não existe, no Brasil, um mecanismo de responsabilização pelos votos em projetos de lei. Se algum projeto é aprovado e provoca danos, quem vota não responde por isso.

Essa interpelação pode ser considerada prova em futuros processos de responsabilização pelos danos provocados por essa PEC 6/2019 (Reforma da Previdência).

Os resultados nefastos da Capitalização por exemplo, estão comprovados em Estudo da OIT.

Retirar R\$1 trilhão das mãos das pessoas e da economia será uma catástrofe para um país que já está tecnicamente em recessão.

O custo de transição- em especial o aporte que terá que ser feito para as contas individuais dos que já contribuíram anos para o INSS e migrarem para a Capitalização- pode custar até R\$ 10 TRILHÕES e quebra o país! Ou triplica a Dívida pública!

Confira documento completo da interpelação entregue pela Auditoria Cidadã da Dívida:

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/interpelacao-extrajudicial-garante-que-deputadosas-foram-cientificados-dos-riscos-da-pec-6-2019/>

INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL CUSTOS

CARTÓRIO: R\$ 9.436,70

ASSESSOR JURÍDICO: R\$ 10.000,00

CÓPIAS COLORIDAS: R\$ 306,00

APOIOS

INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL

ESTRATÉGIAS

- Divulgação por parte das entidades apoiadoras
- Release para mídia
- Providenciar cópias para os 513 gabinetes e realizar mutirão para entrega
- Outras

4. CURSO SOBRE A DÍVIDA DOS ESTADOS

<https://auditoriacidada.org.br/cursos/>

Curso sobre a Dívida dos Estados

escolavirtual.anfp.org.br/course/view.php?id=4

Fale conosco : 0800 701-6167 E-mail : escolavirtual@anfp.org.br

Escola Virtual

Página principal Cursos Primeiros passos Perguntas

A dívida dos estados e a necessidade de auditoria

Página inicial / Meus cursos / ACD



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Material de Estudo

Menu

- Sumário
- Introdução
- Unidade 1 >
- Unidade 2 ✓
- Aula 5
- Aula 6
- Aula 7
- Aula 8
- Unidade 3 >
- Unidade 4 >
- Referências
- Glossário
- Versão para Impressão

mercado secundário muito abaixo desse valor corresponde a uma evidente transferência de recursos públicos para o setor financeiro privado que detinha tais títulos.

Ao trocar títulos estaduais desvalorizados por títulos federais – a 100% de seu valor nominal – os detentores daqueles títulos foram altamente beneficiados. Sequer foi considerada a possibilidade de os estados arrematarem tais dívidas em mercado, o que significaria a anulação de expressiva parcela do estoque dessas dívidas.



Menu

- Sumário
- Introdução
- Unidade 1 ✓
- Aula 1
- Aula 2
- Aula 3
- Aula 4
- Unidade 2 >
- Unidade 3 >
- Unidade 4 >
- Referências
- Glossário
- Versão para Impressão

1. A financeirização mundial e o Sistema da Dívida
2. O poder do sistema bancário mundial e a desregulamentação financeira
3. Breves considerações sobre as experiências institucionais de auditoria da dívida em outros países (Equador e Grécia), e assessorias técnicas a investigações parlamentares (CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados e CPI da PBH Ativos S/A na Câmara Municipal de Belo Horizonte)

1.2. A Financeirização Mundial e o Sistema da Dívida

A lógica do endividamento dos estados brasileiros está inserida no contexto da financeirização mundial, razão pela qual iniciamos a abordagem do presente curso com breve análise da conjuntura global de crise financeira, que afetou fortemente o endividamento público em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com reflexos para os entes federados.

A compreensão sobre a origem da crise localizada no sistema bancário, que teve como sua principal causa a extrema especulação possibilitada pela emissão desenfreada de "produtos financeiros" devido à falta de regulamentação do funcionamento do sistema financeiro, é fundamental para prevenir o aprofundamento do contágio que já está ocorrendo em nosso país – tanto em âmbito federal como nas esferas estaduais e municipais – devido a mecanismos que vêm sendo criados, como o da "Securitização de Créditos" por exemplo, que estudaremos em aulas seguintes deste curso.

O mais grave é que o risco de transferência da crise não se deve ao simples fato de que "o mundo está globalizado e o contágio é inevitável", como estampam grandes meios de comunicação, mas sim pela adoção de medidas concretas que necessariamente provocarão a importação direta dessa crise. Tais medidas devem ser transparentadas para a sociedade que, ao final, arca com as consequências das crises. O processo de mobilização social consciente poderá contribuir para estancar esse processo.

1.2.1. Crise do Sistema Financeiro

A atual crise financeira deflagrada nos Estados Unidos da América do Norte (EUA) em 2008, logo espalhada por toda

Material de Estudo

Menu

- Sumário
- Introdução
- Unidade 1 >
- Unidade 2 ✓
- Aula 5
- Aula 6
- Aula 7
- Aula 8
- Unidade 3 >
- Unidade 4 >
- Referências
- Glossário
- Versão para Impressão

MT	801.675.465,33	11.07.99	776.268.937,42	25.406.527,91			776.268.937,42	973.379.763,17
					193.110.825,75	22.01.99	193.110.825,75	
					4.000.000,00	12.05.04	4.000.000,00	
PA	274.495.064,33	30.03.98	261.160.017,16	13.335.047,17			261.160.017,16	388.573.691,75
					127.413.674,59	22.01.99	127.413.674,59	
PB	266.313.611,15	31.03.98	244.255.759,02	22.057.852,13			244.255.759,02	244.255.759,02
PE	143.452.725,28	23.12.97	137.382.613,70	6.070.111,58			137.382.613,70	1.381.921.845,35
					1.244.539.231,65	27.08.98	1.244.539.231,65	
PI	250.654.937,41	20.01.98	240.522.006,80	10.132.930,61			240.522.006,80	394.873.280,30
					69.082.818,95	24.02.00	69.082.818,95	
					76.800.611,28	06.09.00	76.800.611,28	
					8.467.843,27	26.11.08	8.467.843,27	
PR	519.944.406,98	31.03.98	462.339.013,75	57.605.393,23			462.339.013,75	5.659.969.457,52
					2.404.921.473,26	05.03.99	2.404.921.473,26	
					282.442.089,93	05.03.99	282.442.089,93	
					136.751.181,79	16.06.99	136.751.181,79	
					735.008.235,81	01.12.99	735.008.235,81	
					1.638.507.462,98	22.12.99	1.638.507.462,98	
RJ	18.536.808.277,61	29.10.99	15.246.423.172,58	3.290.385.105,03			15.246.423.172,58	15.246.423.172,58
RN	74.754.494,62	26.11.97	73.961.737,77	792.756,85			73.961.737,77	178.906.730,13
					100.944.992,36	18.03.99	100.944.992,36	
					4.000.000,00	22.12.99	4.000.000,00	
RO	146.950.101,90	12.02.98	143.677.138,71	3.272.963,19			143.677.138,71	692.876.890,41
					549.199.751,70	20.05.98	549.199.751,70	
RR	7.247.682,08	25.03.98	6.601.029,01	646.653,07			6.601.029,01	46.580.737,11

Curso sobre a Dívida dos Estados

- **Objetivo Geral:** O curso tem como OBJETIVO GERAL contextualizar o Sistema da Dívida no cenário nacional e internacional e tem como foco principal expor informações e dados investigados pela Auditoria Cidadã da Dívida sobre A DÍVIDA DOS ESTADOS desde a sua origem na década de 70, passando pelo refinanciamento realizado pela União no final da década de 90, e posteriores alterações legais e normativas, até o recente mecanismo de geração de dívida pública por meio da “Securitização de Créditos”. Ao final, o cursista terá desenvolvido as capacidades de analisar criticamente o funcionamento do Sistema da Dívida e de executar auditoria integral da dívida dos estados.

- 60 horas

- **TURMA 1: de 01/11/2018 até 15/02/2019**

- **Turma 2: de 04/02/2019 a 26/04/2019**

Curso sobre a Dívida dos Estados

• **TURMA 1**

Inscritos: 130, sendo:

- Comuns: 44
- Estudantes: 18
- Casos Especiais: 29
- Entidades Parceiras: 30
- TCE: 9

• **TURMA 2**

Inscritos: 55 alunos , sendo:

- Comuns: 27
- Estudantes: 4
- Casos Especiais: 7
- Entidades Parceiras: 17

• **TURMA 3**

Inscritos: 66 alunos , sendo:

- Comuns: 40
- Estudantes: 8
- Casos Especiais: 18
- Entidades Parceiras: 0

Nossos livros na AMAZON

https://www.amazon.com.br/s/ref=sr_st_date-desc-rank?keywords=FATTORELLI&rh=i%3Aaps%2Ck%3AFATTORELLI&qid=15



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA DOS ESTADOS 1 out 2018

por MARIA LUCIA FATTORELLI

eBook Kindle

R\$0,00 kindleunlimited

Leia à vontade Saiba mais.

R\$20,00 para comprar



Auditoria Cidadã da Dívida Pública - Experiências e Métodos 1 out 2018

por MARIA LUCIA FATTORELLI

eBook Kindle

R\$0,00 kindleunlimited

Leia à vontade Saiba mais.

R\$20,00 para comprar

5 - MOBILIZAÇÃO CONTRA O PLP Nº 459/2017, QUE TRATA DE ESQUEMA FRAUDULENTO DA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO DE CRÉDITOS"

- Risco de DESVIO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA durante o percurso dos recursos pela rede bancária
- Interpelação extrajudicial enviada a todos os líderes na Câmara dos Deputados sobre o PLP 459/2017 <https://bit.ly/2CWLyDP> e diversos materiais em <https://auditoriacidada.org.br/?s=plp+459>
- Encaminhamento de estratégias para enfrentamento dessa pauta em 2019, pois o PLP 459/2017 continua em regime de urgência em Plenário da Câmara dos Deputados

**GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS”
OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA
DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO**

**Novo ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos” escancara o
desvio de recursos para bancos
privilegiados**

PLP 459/2017 (PLS 204/2016 no Senado)

Mobilização contra o PLP 459/2017

- Relato sobre a impressionante vitória na Câmara em 2018, quando conseguimos, juntamente com nossas entidades apoiadoras, adiar a votação do PLP 459/2017
- Interpelação extrajudicial enviada a todos os líderes na Câmara dos Deputados sobre o PLP 459/2017 <https://bit.ly/2CWLyDP>
- Audiência Pública realizada em 14/08/2018 na CFT <https://bit.ly/2yZoPne>
- Novo Folheto curto com diagramas explicativos sobre o esquema <https://bit.ly/2RHxxCd>
- Novo Vídeo com desenho <https://bit.ly/2Tz5q58>
- Vídeo gravado pela atriz Priscilla Castro <https://bit.ly/2RaVDpj>
- Crítica ao relatório de plenário do Dep. André Figueiredo (PDT) <https://bit.ly/2RbH58W>
- Interpelação Extrajudicial ao novo relator em plenário, Dep. Alexandre Leite <https://bit.ly/2C34xL8>
- Encaminhamento de estratégias para enfrentamento dessa pauta em 2019, pois o PLP 459/2017 continua em regime de urgência em Plenário da Câmara dos Deputados

PLP 459/2017

(PLS 204/2016 no Senado)

visa "legalizar":

- ✓ **Desvio de recursos arrecadados de contribuintes**
- ✓ **Contratação irregular de Dívida Pública**
- ✓ **Comprometimento do Estado com vultosas garantias e indenizações**
- ✓ **Transferência de propriedade (Alienação Fiduciária) do fluxo de arrecadação de tributos**
- ✓ **Desrespeito a toda a legislação de finanças do país**
- ✓ **Prejuízos financeiros aos cofres públicos**

NÃO a esse ESQUEMA FRAUDULENTO mascarado de "Securitização de Créditos"

FOLHETO
disponível em:
<https://goo.gl/sd1cJc>

PLP 459/2017 – Projeto Cifrado

“Art. 39-A. A União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município poderá ceder onerosamente, nos termos desta Lei e de lei específica que o autorize, direitos originados de créditos tributários e não tributários, inclusive quando inscritos em dívida ativa, a pessoas jurídicas de direito privado ou a fundos de investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- ✓ Qual é o ônus? **Garantia Real exorbitante concedida pelo Ente Federado e custos elevadíssimos assumidos pelo Estado: taxas, advogados, seguros**
- ✓ Quais direitos são cedidos? **Fluxo da arrecadação**
- ✓ Quem são as pessoas jurídicas de direito privado? **Novas empresas estatais criadas para operar o esquema da “Securitização de Créditos”, a exemplo da PBH Ativos S/A, CPSEC S/A, entre outras**

Venda do Fluxo da Arrecadação

§ 4º As cessões de direitos creditórios realizadas nos termos deste artigo não se enquadram nas definições de que tratam os incisos III e IV do art. 29 e o art. 37 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo consideradas operação de venda definitiva de patrimônio público.

- ✓ Os créditos tributários não são vendidos. Continuam sendo cobrados e administrados pela Fazenda Pública. Os contribuintes continuam devendo para a Fazenda Pública.
- ✓ O que está sendo vendido? O fluxo da arrecadação, em caráter definitivo! Contrato de cessão fiduciária (transferência de propriedade) do fluxo de arrecadação analisados na CPI da PBH Ativos S/A

O que seria uma "Securitização de Créditos"

Operação financeira que faz a conversão de ativos em títulos negociáveis, a serem vendidos a investidores, que passarão a ser os beneficiários dos fluxos gerados **pelos ativos convertidos**. Adquirente assume os riscos da operação.

O que propõe o PLP 459/2017:

✓ Fazenda Pública continua cobrando todos os créditos

III – assegurar à Fazenda Pública ou ao órgão da administração pública a prerrogativa de cobrança judicial e extrajudicial dos créditos de que se tenham originado os direitos cedidos;

✓ **Fazenda Pública não fica livre dos créditos podres**

✓ **Investidor fica com o fluxo da arrecadação de créditos líquidos e certos. Não assume risco algum.**

✓ Volume de créditos tributários a receber (inclusive inscritos em Dívida Ativa, sem perspectiva de arrecadação) está servindo para comprometer as finanças públicas com GARANTIAS exorbitantes e taxas calculadas sobre esse volume

PROPAGANDA ENGANOSA

"Solução para acelerar a arrecadação da Dívida Ativa que não teria perspectiva de ser arrecadada"

REALIDADE:

- ✓ Geração ilegal de Dívida Pública
- ✓ Desvio de arrecadação de créditos líquidos e certos
- ✓ Comprometimento das gerações atuais e futuras

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

DESVIO DE RECURSOS ARRECADADOS



Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS já disse que é ILEGAL

Conforme trechos transcritos do processo TC 016.585/2009-0 que tramita no TCU, o Ministério Público de Contas já afirmou que o esquema é ILEGAL e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal de forma nítida e clara:

■ *"Trata-se, portanto, de desenho que apresenta em sua essência a mesma estrutura adotada pelos entes que optaram por criar uma **empresa pública emissora de debêntures lastreadas em créditos tributários**, por meio da qual o ente federado obtém do mercado uma antecipação de receitas que serão auferidas somente no futuro e que, quando o forem, serão destinadas ao pagamento dos credores, **numa nítida e clara, ao ver do Ministério Público de Contas, operação de crédito, conforme o conceito amplo adotado no artigo 29, III, da LRF.**"*

■ *"Arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a LRF - que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, e regras para antecipação de receitas."*

■ *"Esse mecanismo compromete as gestões futuras e prejudica a sustentabilidade fiscal do Município – as receitas de parceladas em Dívida Ativa ou espontaneamente entrariam também no futuro (em outras gestões)."*

GRAVES QUESTIONAMENTOS POR PARTE DE ÓRGÃOS DE CONTROLE FEDERAIS, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público de Contas, **E ESTADUAIS**, como o Tribunal de Contas dos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul. **GOIÁS SUSPENDEU O PROCESSO.**
VER INTERPELAÇÃO EXTRAJUDICIAL (CFT) <https://bit.ly/2vz8HYL>

**6. I CONGRESSO INTERNACIONAL
INTERDISCIPLINAR "DIREITO E
ECONOMIA" EM MINAS GERAIS - UFMG E IV
CONGRESO
INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR RED
DE CÁTEDRAS, INSTITUIÇÕES Y
PERSONALIDADES SOBRE LA DEUDA
PÚBLICA**

- DATA: 4, 5 e 6 de setembro de 2019
- LOCAL: Belo Horizonte – Minas Gerais
- Participação e apoio da ACD e entidades apoiadoras

**7 – DECISÃO JUDICIAL (1a. Instância)
DETERMINANDO A INSTALAÇÃO DE
CPI NO CONGRESSO NACIONAL PARA
A REALIZAÇÃO DA AUDITORIA DA
DÍVIDA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

DECISÃO JUDICIAL histórica Juiz Waldemar Claudio de Carvalho, da 14ª. Vara da Justiça Federal de Brasília determinou a instalação de CPI Mista para cumprir o art. 26 do ADCT da CF/88 e realizar auditoria da dívida pública

<https://goo.gl/h1JeLU>

AGU e Senado imediatamente ingressaram com pedido de derrubada da liminar

Mediante despacho individual do presidente do TRF-1, desembargador Carlos Moreira Alves, derrubou a liminar com base no disposto no Art. 4º da Lei 8.437/1992:

"(...) em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas."

**Advogados Diego Cherulli e Guilherme Portanova
apresentaram AGRAVO contra a cassação da liminar**

Petição inicial e Contrarrazões disponíveis em:

<https://goo.gl/EBVwir>

- ✓ Deliberação sobre coleta de assinaturas no Congresso Nacional para instalação da CPMI

8. PEDIDO DE DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS PARA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Criação de facilitador para doações no site, por meio do PagSeguro <https://pag.ae/bhCDNmy>

9 – Divulgação da Cartilha CÍRCULOS BÍBLICOS “Auditoria da dívida pública: vamos fazer?”

<https://www.edicoescnbb.com.br/circulos-biblicos-auditoria-da-divida-publica-vamos-fazer>

Círculos Bíblicos

"Auditoria da dívida pública: vamos fazer?"



Brasil: Realidade de abundância e cenário de escassez

HONRA IMENSA para a Auditoria Cidadã da Dívida:

Comissão Especial para o Ano Nacional do Laicato da CNBB utiliza nosso texto para construir cartilha para os Círculos Bíblicos

Divulguem!

Participem!

CÍRCULOS BÍBLICOS

“ Auditoria da dívida pública: vamos fazer? ”

1. BRASIL: Realidade de abundância e cenário de escassez
2. O que sustenta o cenário de escassez
3. Sistema da Dívida: maior responsável pelo Cenário de Escassez
4. Novo mecanismo perverso “gera” dívida pública e sequestra arrecadação tributária
5. Auditoria da dívida pública: vamos fazer?

Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

www.auditoriacidada.org.br

www.facebook.com/auditoriacidada.pagina